**Questionário de Direito Financeiro**

Professor Titular Heleno Torres

1. Defina a noção de atividade financeira do Estado.
2. O que você entende por “federalismo fiscal cooperativo equilibrado”? Identifique o federalismo das receitas na Constituição. Como determinar o federalismo das despesas públicas?
3. Avaliar se a concentração de poder financeiro na União encontra-se coerente com o princípio do federalismo constitucional, pela quantidade de tributos que pode criar, poderes de contrair dívidas públicas (ilimitado para a União), capacidade legislativa e outros.
4. Faça a distinção e relação funcional entre “autonomia”, “descentralização” e “competência” dos entes federativos no federalismo brasileiro, a partir dos art. 1º, 18, 21 a 31 da Constituição. Explique a distinção funcional das competências e o que significa “princípio de subsidiariedade” no federalismo.
5. Faça a distinção entre receitas derivadas, originárias e transferidas.
6. Como você define tributo? Qual a importância e utilidade de uma precisa definição para o conceito de tributo?
7. Classifique as espécies de tributos. Em seguida, faça a distinção entre as seguintes receitas públicas: cobrança pelo consumo de energia elétrica, passagem de ônibus urbano, pedágio, selos (correios), valor pago para obter alvará ou licença, Contribuição de intervenção no domínio econômico, multa de trânsito, IPTU. A “participação nos resultados de exploração” e a “compensação financeira”, previstas no § 1º, do art. 21, da Constituição Federal. Juros da dívida pública.
8. Conforme a legislação em vigor, órgãos da Administração podem receber receitas públicas em contas próprias, com base em contrato, tratado internacional ou ato administrativo?
9. Por que o tributo não se pode constituir em sanção a ato ilícito?
10. Quais são as principais fontes do Direito Financeiro?
11. Faça a distinção entre lei complementar e lei ordinária e diga se há relação de subordinação entre elas. Lei ordinária pode alterar conteúdo de lei complementar?
12. Que são normas gerais de direito financeiro? Examine a relação entre os art. 24, I, e 163, e diga quais são as funções da lei complementar no sistema de Direito Financeiro. Para cada uma, identifique os artigos constitucionais correspondentes e dê exemplos.
13. Identifique os limites para uso das medidas provisórias em matéria de Direito Financeiro.
14. **Conceitue, explique e correlacione os seguintes princípios orçamentários: legalidade, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, transparência e publicidade.**
15. Quais são os fundos constitucionais previstos no ordenamento constitucional? Explique a diferença destes.
16. Como funcionam as vinculações constitucionais para a saúde (art. 198) e a educação (art. 212)? Quais suas implicações para o pacto federativo e para a efetividade de tais direitos fundamentais?
17. Desvinculações de receitas podem retirar receita constitucional atribuída como “despesa obrigatória” com direitos sociais (saúde)?
18. O que entende por “ordenador de despesas” e quais suas obrigações?
19. As transferências obrigatórias aos fundos de participação dos Estados e Municípios podem ser bloqueadas como garantia de pagamento das dívidas dos entes subnacionais com a União, como se lê no art. 160 da CR/1988. Esclareça os motivos, além da distinção entre essas modalidades de fundos e a forma de distribuição dos recursos.
20. Como o cidadão pode controlar o ciclo orçamentário?